

## O 11 de Setembro e o fim do século americano

*Na resposta aos ataques terroristas, a maior potência mundial perdeu-se em intervenções militares no Afeganistão e no Iraque. Em teoria, o arcaísmo dessas áreas do mundo — especialmente evidente no caso afegão —, deveria permitir uma demonstração fácil da supremacia norte-americana, destruindo a Al-Qaeda, removendo ditadores e levando a população a aderir aos valores da democracia liberal ocidental. Não foi bem assim que aconteceu.*

**José Pedro Teixeira Fernandes | Público | 11 de Setembro de 2021**

1. Nunca saberemos qual teria sido o decurso dos acontecimentos no mundo se o 11 de Setembro de 2001 (11/S) não tivesse ocorrido. O que hoje é claro é que os ataques terrorista às torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque e ao Pentágono em Washington D.C. deixou marcas profundas nos Estados Unidos da América (EUA) e originou uma cadeia de acontecimentos desfavorável à maior potência mundial. Numa das muitas ironias que a história contém, isso não ocorreu tanto pela gravidade e dimensão da ameaça terrorista da Al-Qaeda de Osama bin Laden, mas pela diversão estratégica que acabou por provocar na maior potência mundial, com vantagem estratégica para outros. Claro que é mais fácil discernir isso com clareza na actualidade. Na altura, o impacto desses hediondos ataques terroristas foi tremendo, tendo provocado cerca de três mil mortos, milhares de feridos e enormes danos materiais que afectaram profundamente o orgulho norte-americano. A convicção que rapidamente se instalou foi a da necessidade de empreender uma guerra global contra o terrorismo e que esse era o problema maior da política mundial do século XXI. Mas, na resposta aos ataques terroristas, a maior potência mundial perdeu-se em intervenções militares no Afeganistão e no Iraque. Em teoria, o arcaísmo dessas áreas do mundo — especialmente evidente no caso afegão —, deveria permitir uma demonstração fácil da supremacia norte-americana, destruindo a Al-Qaeda, removendo ditadores e levando a população a aderir aos valores da democracia liberal ocidental. Não foi bem assim que aconteceu.

2. É necessário recuar a 10 de Setembro de 2001 para compreender a forma como foi delineada a resposta norte-americana ao 11/S. Até aí o que marcava a percepção da opinião pública mundial (e também da opinião especializada), era a de uma hiperpotência única na história humana. Estávamos numa era unipolar que parecia destinada a prolongar-se por muito tempo bem dentro do século XXI que então acabara de se iniciar. Tal percepção — hoje cada vez mais longínqua — deu lugar, nos anos subsequentes, a um gradual cepticismo sobre o poder efectivo dos norte-americanos, quer entre os inimigos, quer entre os amigos e aliados. Todavia, a ideia de uma potência sem rival à altura não tinha origem numa mera fantasia. Fundava-se nos extraordinários acontecimentos da última década do século XX, iniciados com a queda do muro de Berlim em 1989. A guerra de libertação do Kuwait em inícios de 1991, que pôs fim à tentativa de anexação pelo Iraque de Saddam Hussein, mostrou uma enorme superioridade militar dos EUA. Em finais de 1991, a União Soviética desintegrou-se e a

rivalidade da Guerra Fria, que dominara de forma absoluta a política mundial desde 1945, terminou inequivocamente a favor dos EUA. A nova era de globalização que se seguiu foi percebida, por admiradores e críticos, como um período de americanização do mundo, uma forma de expansão do seu modelo social e cultural e de domínio económico e político dos EUA à escala global. Ao mesmo tempo, a democracia liberal ocidental era considerada a única opção ideológica aceitável e estava em clara expansão. Mais tarde ou mais cedo os Estados autoritários iriam provavelmente ter de a adoptar, a gosto ou contragosto.

**3.** Foi neste período de grande optimismo e de muitas ilusões à mistura que, no mundo ocidental, se generalizou a ideia de que as ameaças militares convencionais, ligadas à defesa do território e da soberania nacional, se tinham praticamente dissipado. Assim, a manutenção de forças armadas vocacionadas para as tarefas militares clássicas de defesa do território e população, era algo não só dispendioso como obsoleto. O instrumento militar clássico dos Estados — não invulgarmente visto pelos que vivem na ilha de paz da União Europeia, e noutras partes do Ocidente, como algo supérfluo — teria de ter uma finalidade virtuosa, ao sabor dos tempos de “fim da história” imbuídos de um cosmopolitismo e de uma sensibilidade humanitária globalista. Acabada a era da Guerra Fria, marcada pela necessidade de defesa do território e população nacional, as forças armadas seriam agora reconfiguradas como instrumentos ao serviço de missões de elevado valor humanitário. Ao soldado ocidental já não era pedido que defendesse a pátria e a soberania nacional contra os inimigos (um passadismo de outras eras), mas que se transformasse num agente que levava os direitos humanos universais às áreas do mundo refractárias aos mesmos. Os exércitos tornavam-se assim instrumentos da construção de estados e de nações em missões progressistas feitas na lógica moral e política do intervencionismo liberal. O objectivo era a transformação, política e cultural, das partes do mundo avessas aos direitos humanos e aos valores da democracia liberal — pluralismo político, defesa das minorias, igualdade de género e orientações sexuais alternativas.

**4.** O 11/S ocorreu no contexto intelectual e político anteriormente descrito. Importa aqui lembrar as intervenções anteriores nas guerras da Bósnia (1994-1995) e do Kosovo (1999). Tinham dado não só um novo papel à Aliança Atlântica (NATO), como permitido proteger, com certo sucesso, os direitos humanos e minorias (bósnios, kosovares) e punir governantes autocráticos e nacionalistas (Slobodan Milošević). Tudo isto perante a paralisia dos europeus (União Europeia), a fraqueza da Rússia (no seu ponto mais baixo) e a escassa relevância da China (nas grandes questões mundiais). Com estes antecedentes, a surpresa provocada pelo ataque da Al-Qaeda aos símbolos do poder militar e financeiro norte-americano — e a impreparação para uma imediata e adequada resposta — alimentou o impulso anterior para intervenções humanitárias herdado da década de supremacia sem rival dos EUA. Na resposta ao 11/S detecta-se, assim, uma mistura de duas linhas de política externa. Uma marcada pelos tradicionais instintos conservadores militaristas dos EUA herdados da Guerra Fria (normalmente na área do Partido Republicano). A outra impregnada de ideais humanitários e de *state building* e *nation building* que ganharam preponderância após o final da Guerra Fria (sobretudo na

área do Partido Democrata). Estas duas tendências — de conciliação nem sempre fácil — entre o interesse nacional e de segurança dos EUA e os ideais dos direitos humanos — misturaram-se da pior maneira. O resultado foi uma resposta que acabou por ser, em muitos aspectos, prejudicial aos próprios interesses norte-americanos no mundo e a facilitar a ascensão de potências rivais e inimigos, quer a nível mundial, quer a nível regional.

5. Em termos simples, o Afeganistão e o Iraque levaram os EUA e os seus aliados para intervenções de diversão estratégica. Primeiro, um olhar retrospectivo sobre o caso do Afeganistão. A intervenção militar começou por ser uma justificada retaliação aos ataques de 11/S e à presença de Osama Bin Laden e da Al-Qaeda no Afeganistão. Tal presença era permitida pelo governo dos taliban, que controlavam o país desde 1996, na sequência da retirada dos exércitos soviéticos. O objectivo inicial de capturar Osama bin Laden e de destruir as bases da Al-Qaeda era um objectivo adequado e proporcional aos actos terroristas do 11/S. Mas a ideia de transformar política e culturalmente o Afeganistão, afastando a lógica islamista radical dos taliban e o seu governo opressivo, rapidamente se impôs. Assim, o objectivo passou, em pouco tempo, a ser o de construir um Estado e uma nação no Afeganistão e implementar os valores da democracia liberal. À sua própria maneira, os neoconservadores, influentes durante o governo de George W. Bush, defendiam intervenções militares para a instauração da democracia, o que facilitou essa metamorfose de objectivos. A partir daí os norte-americanos meteram-se eles próprios — e arrastaram os seus aliados — para uma missão sem fim à vista. Nem George W. Bush, em finais de 2001, após derrubar o governo dos taliban e destruir as bases da Al-Qaeda, embora sem capturar Osama bin Laden; nem Barack Obama, uma década depois, em 2011, quando Osama bin Laden foi capturado e morto no Paquistão, tiveram o discernimento — ou a coragem política — de terminar com missões irrealistas e sem valor estratégico. Sem grande surpresa, excepto a rapidez com que ruiu o governo de Ashraf Ghani, com a retirada dos EUA no Verão de 2021, tudo voltou ao “normal”, com os taliban de novo no poder em Cabul. Vinte anos de presença no Afeganistão, com mais de 2300 mortos, cerca de 20 mil feridos e um custo próximo de um trilhão de dólares de pouco ou nada valerem em termos de construção de um Estado e de uma nação. A retirada feita sob o Governo de Joe Biden foi a decisão política e estratégica que se impunha há demasiado tempo, o que não invalida as críticas ao desacerto da forma concreta com foi executada.

6. No caso do Iraque, a sua invasão em 2003 foi uma diversão estratégica hoje ainda mais nítida. Não só não existia qualquer programa de armas nucleares numa fase avançada implementado pelo Governo de Saddam Hussein (menos ainda bases da Al-Qaeda no seu território), como o seu derrube desequilibrou o complexo *puzzle* político do Médio Oriente, favorecendo, na prática, o vizinho e inimigo iraniano. Mais uma vez, a responsabilidade maior coube ao Governo de George W. Bush que planeou e executou a operação militar em 2002 e 2003. Após o derrube de Saddam Hussein (tal como aconteceu com o derrube dos taliban), a intervenção foi reconfigurada numa missão de *state building* e *nation building*, com resultados bastante aquém dos proclamados. Não transformou o Iraque numa democracia liberal e numa sociedade respeitadora dos

direitos humanos, a não ser na superficialidade. Há agora uma repartição sectária de poder entre xiitas, curdos e sunitas — estes últimos perdendo a influência que tinham com Saddam Hussein e o clã árabe sunita de Tikrit — associada a eleições regulares. Nesse aspecto, houve uma melhoria, até porque Saddam Hussein era indubitavelmente um ditador que usava a violência e opressão para reprimir a sua própria população. Mas o país esteve numa guerra civil sectária durante vários anos e dessa turbulência social e política acabou por emergir o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (Daesh). Para além do sofrimento humano de muitos iraquianos nessa guerra civil e às mãos do Daesh, os custos militares e financeiros da intervenção ficaram para os EUA e seus aliados e os ganhos estratégicos maiores acabaram por ser para o Irão — que, como já notado, agora tem um Estado amigável ao lado, dominado por xiitas. Quanto à geopolítica do petróleo, que terá sido uma das motivações da intervenção militar dada a riqueza do Iraque nessa área, a história foi altamente irónica. A revolução do *shale oil* e do *fracking* voltaram a dar aos EUA uma centralidade na produção de petróleo, retirando interesse estratégico ao Iraque para os norte-americanos. Assim, a rival China tornou-se o principal destino e beneficiário das exportações de petróleo iraquianas.

**7.** Hoje parece claro que nos últimos vinte anos os EUA desbarataram vantagens políticas e estratégicas e parte do capital de simpatia que dispunham internacionalmente. Abandonaram um prudente realismo nas intervenções militares no exterior acumulando sucessivos erros estratégicos, primeiro sob os governos de George W. Bush (imbuídos de um pensamento neoconservador e com a responsabilidade maior nesta cadeia de acontecimentos); depois, ainda que com menos responsabilidade, sob os governos de Barak Obama (influenciados pelo elevado valor moral das missões de *state building* e de *nation building*). Na prática, as guerras do Afeganistão e do Iraque acabaram por encurtar o momento unipolar dos EUA, que estava em curso após o colapso da União Soviética em 1991. Ao mesmo tempo, retiraram a necessária atenção, política, estratégica e de recursos, face à maior transformação mundial que estava a ocorrer em paralelo, que foi, indubitavelmente, a ascensão da China — o seu novo grande rival à escala global. Mas há um outro grande perdedor neste rumo dos acontecimentos, o modelo de democracia liberal ocidental. O 11/S e os anos posteriores revelaram fragilidades ocidentais que o ofuscaram aos olhos do mundo exterior e lhe retiraram atracção: insegurança (ocorreram diversos atentados terroristas); crises financeiras e económicas graves (em particular a desencadeada em 2008); crescente polarização interna com fortes movimentos populistas contestatários no interior das sociedades ocidentais.

**8.** Visto retrospectivamente, é inequívoco que o 11/S mudou não só os EUA como o rumo dos acontecimentos mundiais. Todavia, não foi da forma que esperavam Osama bin Laden e a Al-Qaeda — levando a um triunfo generalizado da sua ideologia islamista-jihadista —, apesar da turbulência política e insegurança que conseguiram provocar durante muito tempo. A sua maior consequência deu-se por via indirecta, ao facilitar a ascensão da China que, inteligentemente, passou quase despercebida nos anos subsequentes ao 11/S, período durante o qual aumentou substancialmente o seu poder económico e político. Com o momento unipolar dos EUA encurtado, agora nos anos

2020, Xi Jinping já nem precisa de esconder a sua ambição de pôr fim ao século americano que impera desde a II Guerra Mundial, objectivo partilhado com a Rússia que procura a vingança da derrota da Guerra Fria. Mas neste rumo dos acontecimentos os norte-americanos têm muito que se queixar de si próprios, pelo desgaste (auto)provocado. Apesar de algumas vitórias assinaláveis na luta contra o terrorismo jihadista de Osama bin Laden e a Al-Qaeda (desde logo a captura e morte deste, ainda que só em 2011) e de outros grupos similares, seguiram um caminho sem grande sentido estratégico face à sua pretensão de manter a supremacia global. A ideia de que podem prosseguir, em simultâneo, o seu interesse nacional e o “bem da humanidade” — na lógica dos direitos humanos e da democracia — alimentada na década unipolar pelas intervenções no Kuwait/Iraque, na Bósnia e no Kosovo, virou-se contra os próprios EUA no Afeganistão e no Iraque.

<https://www.publico.pt/2021/09/11/mundo/analise/11-setembro-fim-seculo-americano-1977135>